

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE

MAXWELDER DOS SANTOS GOMES

**A GEOGRAFIA EM LIVROS DIDÁTICOS DA BNCC: ANÁLISE DAS
COMPETÊNCIAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS**

NATAL
2022

MAXWELDER DOS SANTOS GOMES

**A GEOGRAFIA EM LIVROS DIDÁTICOS DA BNCC: ANÁLISE DAS
COMPETÊNCIAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Geografia do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Norte – Campus Natal Central,
em cumprimento às exigências legais
como requisito parcial à obtenção do título
de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Me. Oziel de Medeiros
Pontes

NATAL
2022

Gomes, Maxwelder dos Santos.
G633g A Geografia em livros didáticos da BNCC: análise das
competências das ciências humanas e sociais aplicadas / Maxwelder
dos Santos Gomes. – 2022.
55 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal,
2022.

Orientador: Prof. Me. Oziel de Medeiros Ponte.

1. Geografia – Ensino – Reforma – Ensino médio. 2. Base
Nacional Comum Curricular (BNCC). 3. Livros didáticos. I. Título.

CDU: 911:37

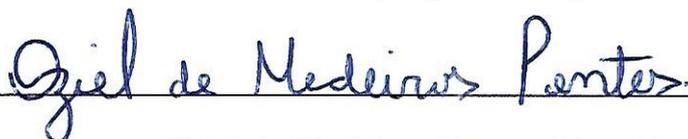
MAXWELDER DOS SANTOS GOMES

**A GEOGRAFIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DA BNCC: ANÁLISE DAS
COMPETÊNCIAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Natal Central, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado em 22/12/2022, pela seguinte Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA



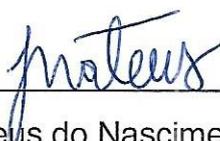
Oziel de Medeiros Pontes, M.e - Presidente

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Francisco Ednardo Gonçalves, M.e - Examinador

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



José Mateus do Nascimento, Dr. - Examinador

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Dedico esse trabalho aos meus queridos e amados pais, a minha esposa e meu filho, ao meu amigo, irmão e incentivador o qual sua ausência nesse plano material é sentida todos os dias por mim, Judson Rodrigues de Castro, e a todos os professores que passaram por minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me possibilitar a vida todos os dias e disposição para trilhar esse caminho acadêmico.

Agradeço aos meus pais pelo dom da vida e por nunca desistir de lutar pela minha educação.

A minha esposa e meu filho por entenderem e participarem efetivamente do processo deste curso que levou quatros longos anos.

Agradeço ao meu amigo e um dos maiores incentivadores e culpados de minha inscrição no ENEM que me possibilitou este curso, aquele que primeiro viu em mim o potencial para o magistério, mas que não está mais presente nesse mundo material, Judosn Rodrigues de Castro.

Aos meus amigos da turma de Licenciatura em Geografia 2019.1 do IFRN – CNAT.

Aos meus professores, em especial o meu Orientador prof. Me Oziel de Medeiros Pontes por se disponibilizar em me orientar e me fazer enxergar esta pesquisa quando a mim não era visível nem palpável.

Aos membros da banca examinadora prof. Me. Francisco Ednardo Gonçalves e o prof. Me. José Mateus, pelas contribuições e por aceitarem o convite.

“Não se teme da iniquidade dos homens quem se entregou nas mãos de Deus.” ALENCAR, José de. (2013, p. 42)

RESUMO

Nesta monografia, verificamos como a Geografia passou a estar presente nos livros didáticos da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, e analisamos a existência das competências das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, contidas nos livros didáticos do Programa Nacional do Livro (PNLD) 2021: “Identidade em ação, ciências humanas e sociais aplicadas”, 1ª edição, da editora moderna e “Humanitas.doc: territórios, territorialidades e fronteiras”, 1ª edição, da editora Saraiva. Objetivamos verificar se elas dispõem das competências estabelecidas pela BNCC, analisando se as competências das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas estão todas presentes, ou não, nas obras escolhidas. Para a coleta dos dados utilizamos o método de pesquisa qualitativa através de ferramentas como a análise documental e pesquisa bibliográfica. Constatamos que as obras dispõem de todas as competências das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, bem como alguns conteúdos dos livros são suficientes para trabalhar as competências que os livros julgam tratar, estando as obras em acordo com o exigido pelo Ministério da Educação.

Palavras-chave: Geografia; BNCC; Competências das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

ABSTRACT

In this monograph, we verify how Geography became present in the textbooks of the Common National Curricular Base, the BNCC, and analyze the existence of the competencies of Applied Human and Social Sciences, contained in the textbooks of the National Book Program (PNLD) 2021: "Identity in action, applied human and social sciences", 1st edition, from modern publishing house and "Humanitas.doc: territories, territorialities and borders", 1st edition, from Saraiva publishing house. We aimed to verify whether they have the competencies established by the BNCC, analyzing whether the competencies of the Applied Humanities and Social Sciences are all present, or not, in the chosen works. For data collection, we used the qualitative research method through tools such as document analysis and bibliographic research. We found that the books have all the competences of the Applied Human and Social Sciences, and that some of the contents of the books are sufficient to work with the competences that the books believe they address, and that the books are in accordance with the requirements of the Ministry of Education.

Keywords: Geography; BNCC; Competencies of the Applied Humanities and Social Sciences.

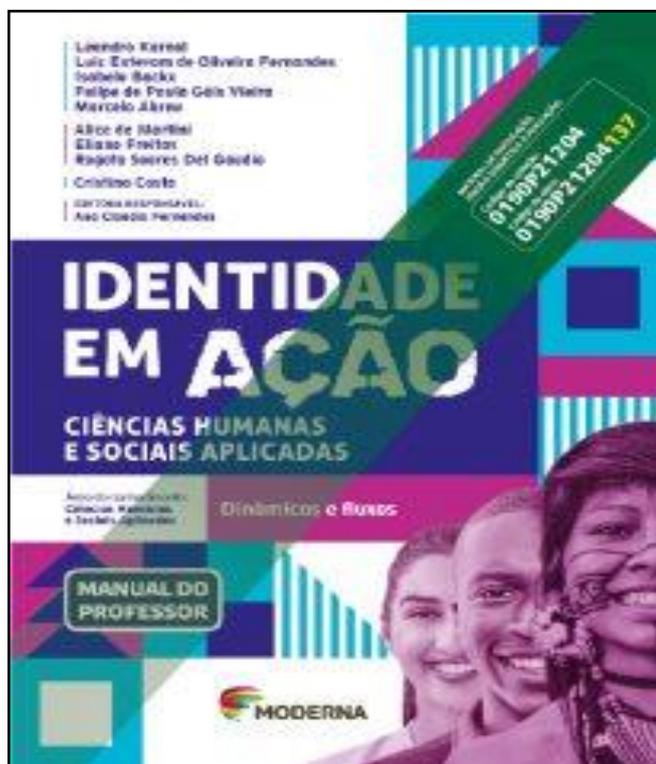
SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	A REFORMA DA BNCC.....	12
2.1	IMPACTOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO.....	13
3	A GEOGRAFIA E O LIVRO DIDÁTICO.....	16
3.1	O PNLD E A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO.....	16
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	21
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS	50
	APÊNDICE A – AVALIAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO	52

1 INTRODUÇÃO

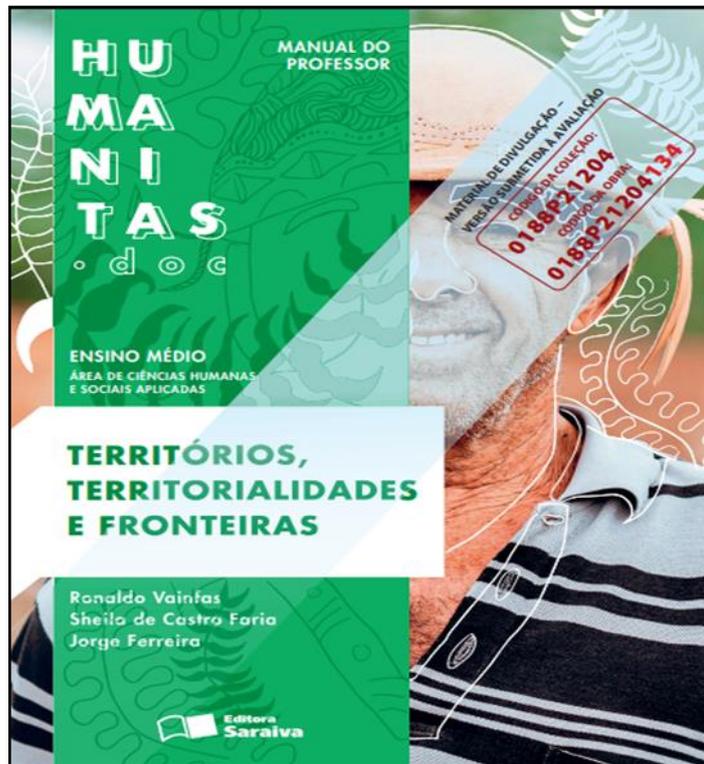
Esse trabalho tem como tema, “A Geografia nos livros didáticos da BNCC: Análise das competências das ciências humanas e sociais aplicadas”. O objetivo da pesquisa buscou identificar se as obras: “Identidade em ação, ciências humanas e sociais aplicadas” (figura 01), 1ª edição, da editora moderna; e “Humanitas.doc: territórios, territorialidades e fronteiras” (figura 02), 1ª edição, da editora Saraiva, autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC) para uso na mediação dos conteúdos no “novo ensino médio”, contêm as competências estabelecidas pela Lei 13.415/17 que estabelece a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um documento normativo do Ministério da Educação e visa elencar, categorizar e equalizar as aprendizagens dos estudantes brasileiros inseridos na educação básica. As competências levantadas neste parágrafo estão discorridas ao curso da pesquisa.

Figura 01 – “Identidade em ação, ciências humanas e sociais aplicadas”, 1ª edição, da editora moderna.



Fonte: reprodução internet.

Figura 02 - “Humanitas.doc: territórios, territorialidades e fronteiras”, 1ª edição, da editora Saraiva.



Fonte: reprodução internet.

Neste trabalho discutimos sobre o uso do livro didático pelo professor, como se deu o processo tumultuado da criação da reforma da BNCC e do “Novo Ensino Médio”, o que se deve levar em conta e quais os critérios na adesão do livro didático, bem como funciona a escolha da obra. Também falamos sobre o mercado do livro didático, sobre como a Geografia está inserida na Educação Básica e como ela aparece nos livros didáticos da reforma do “novo ensino médio”.

A pesquisa foi desenvolvida através do método de pesquisa qualitativo, com o uso da análise documental e de pesquisa bibliográfica. Para análise foi disposto da criação de um quadro avaliativo, que está presente no apêndice “A” deste trabalho, com critérios que foram usados para verificar se as obras atendiam ou não os requisitos estabelecidos. Com os critérios estabelecidos no referencial teórico que serão usados para verificar se as obras atendem ou não os requisitos estabelecidos. Utilizaremos os seguintes critérios avaliativos das obras:

1º Contém autores com formação em Geografia;

2º Analisar se as obras trazem conteúdos referentes as seis competências estabelecidas pela BNCC.

O segundo critério será subdividido em seis e elencado respectivamente de acordo com o quadro avaliativo, para analisar individualmente a presença de cada competência.

A análise dos resultados obtidos juntamente a uma discussão, mostrou significativa relevância em relação a liberação por parte do MEC para uso das obras na Educação Básica, em especial ao “Novo Ensino Médio”, uma vez que nem todas as competências estabelecidas pelo Ministério estão presentes nos livros didáticos analisados.

As obras dessa etapa foram regularizadas pelo MEC através do PNLD, mesmo órgão que estabeleceu a BNCC e a reforma do Ensino Médio, dessa forma, é necessário e fundamental que elas contenham os conteúdos apropriados e estabelecidos para uma correta mediação de conhecimento, que possibilite o desenvolvimento das competências elaboradas para o nível ao qual são destinadas. Não sendo suficiente apenas a presença do conteúdo, mas que seja longo e com abrangência a regionalidade ao qual um país continental como o Brasil exige para uma possível mediação do conhecimento e favoreça melhor aprendizagem aos alunos.

Logo, as obras analisadas nesta monografia dispõem de conteúdos e abordagens que possibilitam aprendizagem de todas as competências exigidas para a disciplina de Geografia, de acordo com a BNCC?

Dito isso, de acordo com o MEC e levando em conta as competências estabelecidas pela BNCC às ciências humanas e sociais, os alunos do Ensino Médio deveriam então terminar esse nível com todas as competências exigidas na BNCC em relação a disciplina de Geografia. Para que essa normativa tenha êxito é necessário que, no mínimo, se tenha nos livros didáticos abordagens e conteúdo que propiciam ao professor da disciplina a mediação do conteúdo exigido pelo documento, mediante a regionalidade e realidade vivida por seus alunos, afim de possibilitar o desenvolvimento das competências, por parte do aluno do novo ensino médio.

2 A REFORMA DA BNCC

O livro didático é um recurso didático regulamentado a partir do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), que é uma normativa da lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ela surge da necessidade de definir, estruturar e organizar o ensino no país, visto que a educação é assunto de debate desde a Assembleia Constituinte de 1934, onde foi estabelecido que era dever da União, e não mais das Unidades Federativas, elaborar e aprovar um plano nacional e uma lei que traçasse as diretrizes da educação nacional. Porém, desde que entrou em vigor, em dezembro de 1996, a LDB vem sendo acrescida de resoluções que alteram a organização curricular e as finalidades das etapas da educação.

Em 2016, após o impeachment da ex-presidente Dilma Roussef, assumiu o governo o vice-presidente Michel Temer, que foi dito por muitos brasileiros como golpista. O governo do então presidente Michel Temer, que durou de agosto de 2016 a dezembro de 2018, foi pautado em reformas liberais que visaram dar respaldo e apoio ao mercado como a reforma econômica do teto de gastos, que congelou gastos do governo por 20 anos, limitando seu aumento a inflação; a reforma da previdência que aumentou a idade mínima para aposentadoria, o que dificultou o acesso ao direito da aposentadoria aos trabalhadores; a reforma trabalhista, que privilegiou as negociações coletivas em detrimento a legislação e da terceirização e do contrato temporário em relação a CLT; e também a reforma do ensino médio.

A reforma da BNCC que estabelece os critérios do Novo Ensino Médio foi então implementada na educação brasileira através de uma Medida Provisória, a qual segundo Silva e Scheibe (2017), serve a requisitos estabelecidos pelo mercado de trabalho e/ou a necessidades do setor empresarial.

Segundo o Congresso Nacional, “as Medidas Provisórias (MPVs) são normas com força de lei editadas pelo Presidente da República em situações de relevância e urgência.” Elas são recursos constitucionais de caráter de urgência, o que deu a essa reforma um caráter de arbitrariedade vista a ausência de debate com a sociedade civil e por se tratar de uma lei que afeta diretamente milhões de estudantes em todo o Brasil. Medida Provisória 746/16 que, posteriormente, em 20 de dezembro de 2017, foi homologada como a Lei 13.415/17, estabeleceu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um documento normativo do Ministério da

Educação que visa elencar, categorizar e equalizar as aprendizagens dos estudantes brasileiros inseridos na Educação Básica, além de modificar a Lei 11.494/17, que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Houve mobilização de profissionais da educação e estudantes em todo o país contra essa reforma, mais de 1.200 escolas, Institutos Federais e Universidades foram ocupadas pelos corpos estudantis. Entretanto, em 14 de dezembro de 2018, o então ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou o documento para a etapa do Ensino Médio, integrando a Reforma do Ensino Médio. Essa reforma tem como base requisitos estabelecidos pelo mercado de trabalho, o que dá uma orientação comercial a escola pública e modifica os conteúdos a serem ministrados, passando a unificar disciplinas em áreas de conhecimento, retirando a singularidade e especificidade das matérias e agrupando-as em torno de diretrizes superficiais.

2.1 IMPACTOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Uma das medidas estabelecidas por essa Reforma do Ensino Médio é o agrupamento das disciplinas em áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Formação Técnica e Profissional), e a escolha por parte do estudante qual área do conhecimento estudar, porém ainda segundo Silva e Scheibe (2017) a implementação de tais medidas pode ter como consequência o aumento das desigualdades educacionais, uma vez que a oferta dessas áreas nas escolas será de escolha dos sistemas educacionais de educação e não uma decisão própria do discente, o que retira do aluno o direito à formação básica comum. Já o agrupamento das disciplinas em áreas do conhecimento acaba por comprimir assuntos das disciplinas no livro didático, uma vez que ela passa a dividir o livro com outras matérias. Além disso, a necessidade de um currículo nacional é posta em questão por Silva (2015) uma vez que as desigualdades da sociedade e do sistema de educação brasileiro não é levado em conta no cenário que ali estava posto. A BNCC acaba por desconsiderar a pluralidade existente no Brasil e as diferentes realidades vivenciadas por alunos e professores em cada lugar do país.

A Reforma do Novo Ensino Médio, elaborada de forma a atender as necessidades do mercado em prover mão de obra e não a desenvolver cidadãos

críticos-reflexivos para a sociedade, aglutinou as disciplinas escolares antes de caráter específico e com diretrizes específicas em áreas de conhecimento com competências gerais e superficiais que retiram o caráter próprio das disciplinas e compromete a qualidade das matérias mediadas e o aprendizado.

A Geografia está inserida na Educação Básica como um componente curricular e está regulamentada por meio de documentos curriculares dentro das normativas da Base Nacional Comum Curricular, sendo a BNCC o documento que rege o ensino no Brasil. No Ensino Médio o documento separa as disciplinas em quatro áreas do conhecimento, estando a Geografia inserida na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Como efeito dessa mudança da especificidade das “disciplinas escolares” para o agrupamento das “áreas de conhecimento”, Sousa e Bairro (2021) consideram que os livros didáticos sofrerão mudanças e passarão a tratar dos componentes curriculares de forma contextualizada e não mais no enfoque da disciplina em si, logo, o livro didático de Geografia passará a ser uma sub categoria, algo nocivo para com a disciplina e que pode comprometer o desenvolvimento de um olhar geográfico do aluno.

Dito isso, o livro didático de Geografia apresenta-se não mais como específico de sua área, mas como uma subcategoria (ou subdivisão) da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, conforme consta no documento da BNCC para o Ensino Médio. Sua dissolução enquanto área específica, mesmo que com a organização disciplinar da escola inalterada, sugere que, no currículo, a Geografia perca sua especificidade como área, atuando como foco apenas enquanto uma das que compõe a grande área das ciências humanas (SOUZA e BAIRRO, 2021).

O documento normativo estabelece seis competências específicas de ciências humanas e sociais, no âmbito do ensino médio:

Quadro 01- Competências da BNCC.

(continua)

Competência	BNCC - Descrição
1	Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

(conclusão)

Competência	BNCC - Descrição
2	Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.
3	Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
4	Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
5	Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
6	Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Fonte: BNCC.

Para cada competência, espera-se que o aluno desenvolva percepções e saberes que possibilite uma crítica reflexiva diante do enlace sociedade-natureza ao qual ele está sendo apresentado. A BNCC estabelece que as competências devem ser vistas como o uso dos conhecimentos e das habilidades para resoluções de contrariedades em âmbito ordinário e no mundo do trabalho.

3 A GEOGRAFIA E O LIVRO DIDÁTICO

O livro didático é considerado como recurso didático de fundamental importância para a mediação do conhecimento, porém vale ressaltar que apenas o livro não é capaz de atender o processo de aprendizagem do aluno, por isso, de acordo com Sposito (2009) a utilização correta desse recurso didático diante de uma boa mediação pelo professor é fundamental no processo de ensino-aprendizagem. O livro se bem administrado pelo professor, permite um maior dinamismo do conteúdo ministrado e uma experiência visual mais perceptível, principalmente no componente curricular Geografia, no Ensino Médio, disciplina que se ocupa da apreensão do conceito geográfico, seja na dimensão material seja na dimensão imaterial.

Para Barbosa (2010), a Geografia deve esmiuçar o senso crítico dos alunos, fazendo com que possam compreender, interpretar, comparar e resolver situações-problema. Essa seria a função da Geografia, possibilitar que os alunos não apenas tenham um senso crítico, mas que eles utilizem dele e o enxerguem cada vez mais no seu cotidiano. Para isso, é necessário trabalhar conceitos geográficos de forma concreta e peculiar, individualizada muitas vezes, para poder desenvolver o lado crítico-reflexivo no aluno.

Neste sentido, o livro didático auxilia no ensino-aprendizagem de forma a possibilitar aos alunos, entre outras coisas, analisar mapas, identificar processos em paisagens, visualizar o cotidiano de outros lugares e estabelecer padrões com o seu lugar, entender as formas de conceito geográfico do espaço e fazer uma análise crítica do mundo em que vivemos. Entenda-se espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1992)*.

3.1 O PNLD E A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO

No Brasil, o dever de avaliar e distribuir esse recurso didático são do PNLD junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação

infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (BRASIL, 2018).

Por sua vez, o PNLD foi criado em 1985 já com a função de adquirir e distribuir de forma gratuita aos estudantes da escola pública, os livros didáticos. Porém com a LDB em 1996, o PNLD passa também a avaliar os livros didáticos e essa política ganha então investimentos massivos, uma vez que era preciso fazer a avaliação, aquisição e distribuição do livro para todos os alunos da educação fundamental pública do país. Essa política continuou tendo alterações que visaram melhorar e ampliar a área de atuação culminando com o incremento do Ensino Médio em 2003, aumentando as aquisições e distribuições de livros didáticos pelo Estado. Logo o Estado brasileiro passou a ser o maior comprador de livros do próprio Brasil, todo esse alto consumo começou a despertar o interesse da indústria espanhola de livros, que conseguiu adentrar ao mercado nacional de tal forma, que em 2005 a língua espanhola passou a ser exigida nas escolas. Todo esse processo enfraqueceu as editoras familiares do país que foram recebendo cada vez mais concorrência não só com as espanholas, mas também com as multinacionais que foram tomando conta do mercado. Para se ter uma ideia do tamanho dessa política, segundo Cassiano (2007) estima-se que entre os anos de 1995 a 2005 foram gastos R\$ 3,8 bilhões que resultaram em 1,026 bilhão de livro didático anualmente durante esse período. Ainda segundo a autora, apenas em 2007 o orçamento de todo esse programa de livros didáticos, era de R\$ 900 milhões. Esses altos valores chama a atenção e aumenta a disputa nesse mercado.

No que se refere a escolha dos livros, o Guia Digital PNLD 2021 concede a escolha aos professores, desde que em consenso com todo o corpo docente da escola e que a obra esteja dentre os livros ofertados pelo PNLD.

Compete às escolas e às redes de ensino garantir que o corpo docente da escola participe do processo de escolha democraticamente. Para registrar a participação dos professores na escolha e dar transparência ao processo, a decisão sobre a escolha das coleções deve ser documentada por meio da Ata de Escolha (BRASIL, 2021).

Ele também estabelece que a escolha do livro didático pode ser feita de três maneiras distintas em relação a redes de escola, podendo a escolha ser feita por cada escola de forma independente; através de um grupo de escolas que decidiram pelos mesmos livros; ou ainda o livro pode ser adotado por toda a rede de ensino.

Em todo o caso, o Guia Digital PNLD (2021) deixa claro que a participação dos professores é de fundamental importância. “É importante observar que, mesmo no caso da criação de grupos de escolas ou de adoção de material único para toda rede de ensino, os professores continuarão participando da escolha.” (Brasil, 2021).

Na maioria das áreas de trabalho, o escopo e as práticas do profissional são levados em consideração para a contratação/adesão dele. Para Sposito (2006) no caso da escolha do livro didático, é preciso levar em conta não apenas as práticas do autor nem os indicadores de vendas das editoras, devendo-se ser considerado precisamente o conteúdo das obras formando assim um dilema entre o capitalismo liberal e as normas que o Estado estabelece através do MEC.

Podemos perceber o quanto a decisão por determinada obra, ou a não adesão de nenhuma obra, deve ser bem pensada e elaborada de forma séria pelos professores. Então, como escolher um livro didático de Geografia? De acordo com Sposito (2006) o livro didático em Geografia deve seguir cinco pontos que vão definir a função do livro.

(a) Em primeiro lugar, o livro didático, como meio de acessar o mundo letrado de Geografia, deve, entre outras características básicas: conter o conhecimento geográfico (...), apresentar linguagem clara (...) e ser inovador (...); (b) Um outro princípio básico refere-se à natureza do conhecimento geográfico que se pretende levar o aluno a aprender. (...) Foi considerado, como objeto do conhecimento, o espaço geográfico, avaliado como convergência interativa de variáveis da natureza e sociedade (...); (c) Outro princípio refere-se aos conceitos e instrumentos que devem ser elaborados e utilizados pelo aluno. (...) Além disso, o aluno deve se apropriar e utilizar a linguagem cartográfica; (d) Outro princípio básico refere-se à participação propositiva e reativa diante de questões socioambientais (...) e, (e) finalmente, um último e importante princípio refere-se à adequação geral do livro didático de geografia aos três sujeitos básicos da relação ensino-aprendizagem: ao aluno, ao professor e a escola (Sposito, 2006, p. 65-66).

Dessa forma, Sposito coloca o aluno como sujeito do seu aprendizado, ou seja, aquele que tem a ação de procurar conhecimento, cabendo ao professor a mediação do conhecimento através de abordagens pedagógicas e a escola como agregadora a partir da adesão do livro didático. Rodrigues e Cunha (2020) trazem a percepção de que o livro didático, se bem utilizado pelo professor, passa a ser mais que um recurso didático, ele pode abrir portas para o aluno compreender e ler o mundo a sua volta, servindo de ponte entre o aluno e o conhecimento geográfico. “Os livros didáticos têm papel relevante na relação professor, aluno e ensino. É a partir da utilização adequada do livro didático que o mesmo pode ser considerado

um elo significativo entre o aluno e o mundo a ser compreendido” (Rodrigues e Cunha, 2020).

Logo, o livro deve se aproximar o máximo possível da realidade dos alunos, deve possibilitar ferramentas para a compreensão do mundo em que vivem, diminuindo a distância entre os conhecimentos do mundo acadêmico e o saber escolar. Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (2020, p. 32) levanta questionamentos sobre a prática educativa e a necessidade de levar os conteúdos curriculares ao cotidiano dos alunos, permitindo o pleno entendimento entre o conhecimento produzido nas universidades e a realidade vivenciada pelos educandos, muitas vezes abandonados pelo poder público.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a vivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Porque não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? (FREIRE, 2020 p. 32).

Esse ponto de vista também é levantado em Rodrigues e Cunha (2020), para as autoras um dos maiores problemas em relação ao uso do livro didático está na forma como é trabalhado, muitas vezes limitando-se a um instrumento de reprodução do conteúdo, demonstrando ser incapaz de uma boa construção do conhecimento, sendo a mediação por parte do professor dos conteúdos do livro à realidade vivida pelos alunos de fundamental importância para uma construção positiva do saber.

Percebemos então que a escolha do livro didático é de suma proeminência na relação ensino-aprendizagem, e que a participação do professor na adesão ou não do livro é indiscutivelmente essencial para o bom desenvolvimento dessa relação. Essa escolha deve de acordo com Libâneo (1994) levar em consideração a realidade do aluno e o conhecimento que a praticidade de sua vida o permite. “Antes, os próprios conteúdos devem incluir elementos da vivência prática dos alunos para torná-los mais significativos, mais vivos, mais vitais, de modo que eles possam assimilá-los ativamente e conscientemente” (LIBÂNEO, 1994. p. 128).

Os sistemas de ensino e as escolas devem construir seus currículos e suas propostas pedagógicas, considerando as características de sua região, as

culturas locais, as necessidades de formação e as demandas e aspirações dos estudantes (BNCC, 2021. p. 471).

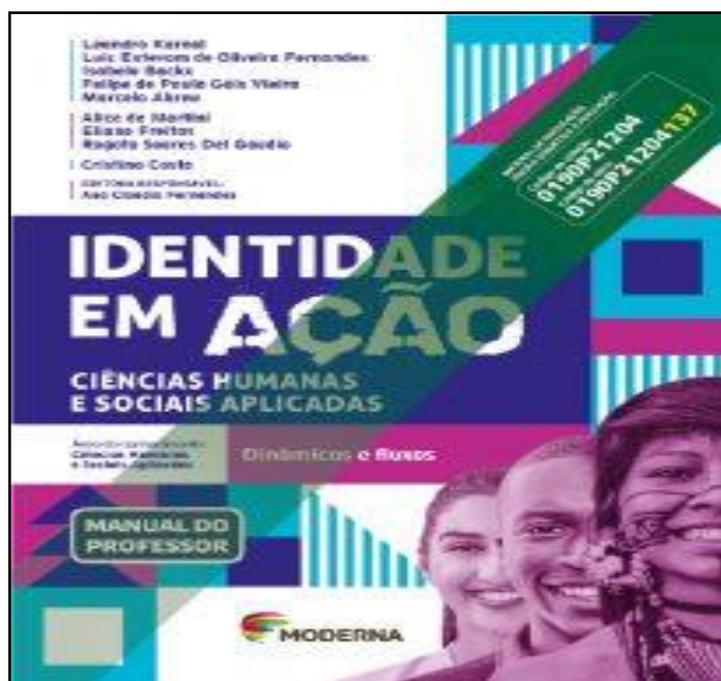
A escolha dos livros deve então passar por critérios, e segundo Rodrigues e Cunha (2020) os professores de Geografia escolhem os livros de acordo com os critérios preestabelecidos a cada ano pela BNCC, devido a constante transformação que a disciplina exige. A própria BNCC coloca a regionalidade e as questões culturais como pontos a serem levados em conta pelas escolas na elaboração dos currículos e nas propostas pedagógicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi feita a análise critério por critério e livro por livro. Logo, pensando em uma melhor compreensão possível dos resultados por parte do leitor, melhor aproveitamento de espaço no trabalho, visando melhor colocar as ideias do trabalho, os dados foram apresentados de modo intercalado onde os resultados colhidos no livro didático “Identidade em ação, ciências humanas e sociais aplicadas” serão apresentados primeiro e em seguida o livro didático “Humanitas.doc: territórios, territorialidades e fronteiras”, fazendo assim um comparativo entre ambos.

A figura a seguir retrata a capa do livro “Identidade em ação, ciências humanas e sociais aplicadas”.

Figura 03 – “Identidade em ação, ciências humanas e sociais aplicadas”, 1ª edição, da editora moderna.



Fonte: reprodução internet.

O livro didático “Identidade em ação, ciências humanas e sociais aplicadas”, 1ª edição, da editora moderna, tem como área do conhecimento as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, contém nove autores e oito capítulos.

A seguir vemos o “Quadro 02” que é o quadro avaliativo completo, devidamente preenchido, do livro “Identidade em ação, ciências humanas e sociais aplicadas”, o qual, chamaremos de “Livro 01”. Para uma melhor visualização das tabelas, as competências serão referenciadas de acordo com os códigos das habilidades proposto pelo Ministério da Educação, onde CHS indica a área das Ciências Humanas e Sociais e em seguida o número indica a competência da área.

Quadro 02 – Quadro avaliativo do Livro 01.

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
Contém autores com formação em Geografia;	X		
CHS1	X		
CHS2	X		
CHS3	X		
CHS4	X		
CHS5	X		
CHS6	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

Na figura a seguir, vemos a capa do livro “Humanitas.doc: territórios, territorialidades e Fronteiras”.

Figura 04 - “Humanitas.doc: territórios, territorialidades e fronteiras”, 1ª edição, da editora Saraiva.



Fonte: reprodução internet.

“Humanitas.doc: territórios, territorialidades e Fronteiras”, 1ª edição da editora Saraiva tem como área do conhecimento as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, contém três autores e seis capítulos.

A seguir vemos o “Quadro 03” que é o quadro avaliativo completo, devidamente preenchido, do livro “Humanitas.doc: territórios, territorialidades e Fronteiras”, o qual, chamaremos de “Livro 02”.

Quadro 03 – Quadro avaliativo do Livro 02.

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
Contém autores com formação em Geografia;	X		
CHS1	X		
CHS2	X		
CHS3	X		
CHS4	X		
CHS5	X		
CHS6	X		

Fonte:
Autoria
própria
(2022).

Em

seguida daremos início a análise dos critérios. O primeiro a ser analisado é: Contém autores com formação em Geografia. E seguira a ordem onde primeiro foi analisado o Livro 01 e em seguida o Livro 02.

O “Quadro 03” contém a análise do primeiro critério do Livro 01.

Quadro 03 – Análise do primeiro critério do Livro 01.

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
Contém autores com formação em Geografia:	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

O livro possui nove autores dos quais duas tem formação em Geografia, uma Doutora e outra bacharel e licenciada em Geografia. Chama atenção que seis profissionais são da área de história e todos são doutores.

A imagem a seguir foi retirada do livro e mostra a relação de autores e suas formações.

Figura 05 - Relação de autores do Livro 01.

<p>Leandro Karnal Doutor em Ciências na área de História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).</p>	<p>Alice de Martini Mestre em Sustentabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), bacharel e licenciada em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora e professora de escola particular no estado de São Paulo.</p>
<p>Luiz Estevam de Oliveira Fernandes Doutor em História na área de História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor associado da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).</p>	<p>Eliano Freitas Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor adjunto do Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG-COLTEC).</p>
<p>Isabela Backx Doutora em História na área de História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora colaboradora do Laboratório de Pesquisa em Comunicação Museológica (LAPECOMUS/MAE/USP).</p>	<p>Rogata Soares Del Gaudio Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Ciências Sociais: Sociologia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro do NEILS da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professora associada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).</p>
<p>Felipe de Paula Góis Vieira Doutor em História na área de Política, Memória e Cidade pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – Campus Capivari.</p>	<p>Cristina Costa Doutora em Ciências Humanas (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular em Comunicação e Cultura da Universidade de São Paulo (USP).</p>
<p>Marcelo Abreu Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).</p>	
<p>EDITORA RESPONSÁVEL: Ana Claudia Fernandes Mestre em Ciências na área de História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Editora.</p>	

Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

O “Quadro 04” a seguir, contém a análise do primeiro critério do Livro 02.

Quadro 04 – Análise do primeiro critério do Livro 02.

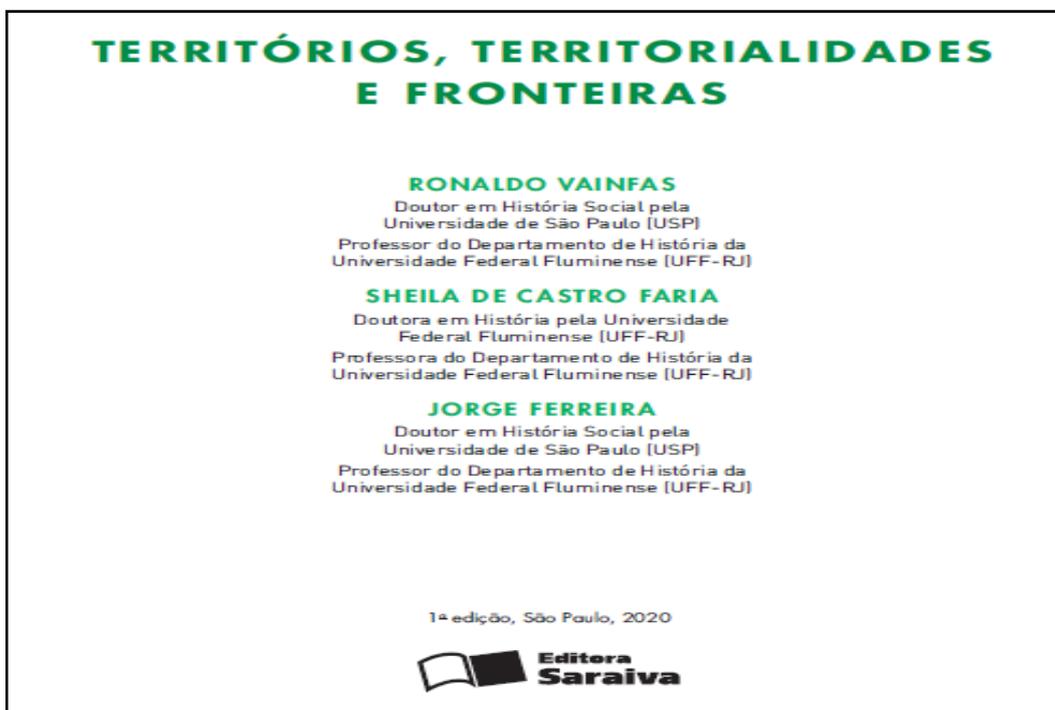
CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
Contém autores com formação em Geografia:	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

Três autores assinam o livro que apesar de trazer no título de sua obra a palavra território, que é um dos conceitos da geografia ao qual se refere a uma área delimitada do espaço geográfico por ações antrópicas, nenhum dos três autores são listados na obra como tendo formação em alguma área da Geografia. Porém a obra credita como colaborador, um bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Por isso atende ao critério.

A imagem a seguir foi retirada do livro e mostra a relação de autores e suas formações.

Figura 06 – Relação dos autores do livro 02.



Fonte: Humanitas.doc: Territórios, territorialidades e Fronteiras. 1ª edição, São Paulo, 2010. Editora Saraiva.

Equilibrar a quantidade de autores formados em Geografia com as demais, poderia favorecer melhor e de forma igualitária os conteúdos. Porém vale ressaltar que as disciplinas foram transformadas em áreas de conhecimento, e o caráter de disciplina foi retirado, então não é obrigatório por parte das editoras esse equilíbrio de autores nas diferentes áreas do conhecimento.

Sobre as competências, ambos os livros trazem um quadro de competências e habilidades que informam quais competências são trabalhadas em cada capítulo, onde as competências das Ciências Humanas e Sociais é colocada como o código CHS e o número em seguida identifica qual competência está sendo tratada. Exemplo: CHS1 refere-se a analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às

possíveis relações entre eles. Por isso, utilizaremos os referidos códigos para citar as competências a partir desse ponto.

O Livro 01 traz um quadro, que informa ao aluno quais as competências e habilidades das ciências humanas e sociais aplicadas são tratadas em cada capítulo. É isso que vemos nas figuras 07, 08, 09 e 10 desse trabalho.

Figura 07 – Competências e habilidades das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tratadas por capítulo no Livro 01.

Competências específicas e habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	
Competência específica 1 Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.	
Habilidades	Capítulos
(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.	1, 3, 4, 5, 6 e 8
(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.	1, 3, 4, 5, 6 e 7

Continua

5

Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

Figura 08 – Competências e habilidades das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tratadas por capítulo no Livro 01.

Continuação	
(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).	1, 3, 4, 5, 6, 7 e 8
(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.	2, 3, 5 e 6
(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.	1, 3, 5, 6, 7 e 8
(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.	1, 3, 4, 5, 6, 7 e 8
Competência específica 2 Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.	
Habilidades	Capítulos
(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.	4
(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneas (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.	6

Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

Figura 09 – Competências e habilidades das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tratadas por capítulo no Livro 01.

(EM13CHS203) Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).	1, 5, 6 e 7
(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.	2, 3, 5, 6 e 7
(EM13CHS206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.	4 e 7
Competência específica 4 Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.	
Habilidade	Capítulo
(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.	6
Competência específica 5 Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.	
Habilidades	Capítulos
(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.	8

Continua

Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

Figura 10 – Competências e habilidades das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tratadas por capítulo no Livro 01.

Continuação	
(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.	1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8
(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.	1, 5, 6, 7 e 8
(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.	6, 7 e 8
Competência específica 6 Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.	
Habilidades	Capítulos
(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.	5, 6 e 7
(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.	8
(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).	5 e 6
(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.	7

Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

Já o Livro 02, em cada início de capítulo a obra informa quais competências e habilidades serão abordadas no decorrer do capítulo. Podemos ver isso na figura 11 a seguir.

Figura 11 – Competências e habilidades das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tratadas por capítulo no Livro 02.

<p><i>Domingo de Pascoela, 26 de abril de 1500, do pintor Glauco Rodrigues (1929-2004), 1971 (tinta acrílica sobre tela colada sobre madeira, 81 cm x 100 cm), retrata a primeira missa realizada em solo brasileiro.</i></p>	<p>A BNCC NESTE CAPÍTULO:</p> <p>Competências gerais da Educação Básica: 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 10.</p> <hr/> <p>Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 1 e 2.</p> <hr/> <p>Competência específica de Ciências da Natureza e suas Tecnologias: 3.</p> <hr/> <p>Habilidades: EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS201, EM13CHS202, EM13CHS203, EM13CHS204, EM13CHS206 e EM13CNT308.</p> <hr/> <p>Tema Contemporâneo Transversal: Multiculturalismo – Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras.</p> <hr/>
62	

Fonte: Humanitas.doc: Territórios, territorialidades e Fronteiras. 1ª edição, São Paulo, 2010. Editora Saraiva.

É muito válido que as obras tragam as competências que são presentes em cada capítulo, isso favorece e auxilia ao professor identificar e trabalhar cada competência de forma correta.

No “Quadro 05” é possível ver que esta pesquisa classificou que o Livro 01 atende o próximo critério, o CHS1.

Quadro 05 – Análise do segundo critério do Livro 01.

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
CHS1	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

Segundo o próprio livro, a competência CHS1 é trabalhada em todos os oito capítulos da obra. No primeiro capítulo, “O ser humano: natureza, cultura e racionalidade” é possível observar a análise da cultura em diversos locais. Um exemplo tratado no livro se dá no choque cultural promovido pelas grandes navegações, onde a Europa encontra outros continentes, encontra-se na p. 18 da obra, o qual podemos ver na figura 12 a seguir.

Figura 12 – Diferentes culturas na colonização.

Diferentes culturas na colonização

A modernidade também foi o período da expansão marítima europeia e da colonização de outros continentes. Os europeus, então, depararam-se com culturas inteiramente distintas das que conheciam e, mais do que isso, precisaram justificar a dominação e a exploração que exerceram sobre elas. Foi aí que o ideal de razão desempenhou um de seus papéis mais problemáticos. A distinção e a hierarquização entre diferentes seres humanos de acordo com um suposto grau de racionalidade foram usadas para justificar a dominação dos povos “menos racionais” pelos “mais racionais”, que se consideravam benfeitores por difundir o “progresso”.

Contudo, diante desse uso dos ideais de razão e de progresso, poderíamos nos perguntar: o Ocidente estava certo ao considerar sua civilização mais racional e desenvolvida que as outras? A razão seria, por definição, uma herança e uma conquista ocidental?

Pode-se argumentar que a própria ideia de Ocidente e de uma diferenciação radical entre os povos ocidentais e os demais foi construída pelos povos europeus, que se compreendiam em contraponto a um “Oriente” que seria o “outro”, o “diferente”. Nessa medida, o termo *Ocidente* pode ser problematizado. Essa ideia será mais bem desenvolvida no próximo tópico.

Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

O capítulo 4 é o mais geográfico da obra, tem como tema: “Sociedade, espaço e dinâmicas populacionais”. Ele tem uma abordagem voltada para os conceitos geográficos e para o estudo da população. A temática da competência em questão pode ser vista no tópico Lugar e diversidade na p. 56, onde é tratado a construção dos lugares por meio da cultura do lugar e retratada na figura 13 desse trabalho.

Figura 13 – Construção dos lugares por meio da cultura.



Lugar e diversidade

O lugar é associado à dimensão da existência dos indivíduos, ou seja, ao mundo vivido e percebido por eles; por isso, é pleno de significados para cada um. Pode ser associado às percepções emotivas (“gosto deste lugar, e não daquele”) e às necessidades práticas das pessoas, como a de se localizar, a de se posicionar, a de se identificar, a de se mover e a de interagir com objetos e pessoas. Assim, de acordo com o geógrafo Milton Santos, seria o “espaço de existência e coexistência”.

Para compreender o lugar, é importante destacar suas **dimensões culturais e simbólicas**, as quais interagem com nossa identidade e com nossa subjetividade. Essa interação dota os lugares de significados construídos por meio de nossas experiências.

Sabemos que, no mundo, existe grande diversidade cultural, marcada por vários aspectos: linguagem, costumes, crenças, religiões, formas de vestir, práticas culinárias etc. Elementos como esses, muitas vezes, são manifestações de grupos sociais de determinado lugar e podem até ser praticados em lugares distintos, mas são amplamente reconhecidos por causa de sua origem.

Mulheres com vestimenta típica para a marujada, em Bragança, Pará. Foto de 2017. O início da festa é marcado pela realização de uma missa matinal.

Refleta

Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

Como é possível ver no “Quadro 06” a seguir, é possível identificar também essa competência no Livro 02.

Quadro 06 – Análise do segundo critério do Livro 02.

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
CHS1	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

No Livro 02, é informado pela obra que a competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1 é tratada e abordada em todos os seis capítulos da obra. A aplicação dessa competência, pode ser verificada no capítulo 1, p. 28, onde a obra trata e faz uma abordagem dos processos históricos-geográficos, políticos, culturais e sociais da formação de um território, trazendo também um mapa para auxiliar na mediação do conteúdo. Propiciando uma apropriação e utilização por parte do aluno, dá a linguagem cartográfica como adverte Sposito (2006) quando elenca os cinco pontos para uma obra que trate da geografia. O que é algo bastante positivo se pensarmos que os conteúdos de geografia como víamos antes, sofreram mudanças significativas nos livros do Novo Ensino Médio. É isso que é visto na figura 14 logo a baixo.

Figura 14 – Processos históricos, cap. 1 no Livro 02.

TERRITÓRIO: UM PROCESSO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO

* O conceito de territorialidade pode ser retomado para explicar formas de organização espacial de poder anteriores ao surgimento do Estado territorial.

O território é uma obra humana resultante de processos sociais complexos e em constante transformação. Quando observamos um mapa-múndi e apontamos um ou outro país associando-o a seu respectivo território, muitas vezes esquecemos o fato de que nem sempre ele teve a mesma conformação e não consideramos a possibilidade de que um dia venha a desaparecer.

A forma de organização espacial de poder que associa Estado e território nasceu e se consolidou na Europa entre os séculos XIV e XVII, com o surgimento do Estado moderno. Desde então, o mapa-múndi sofreu significativas alterações: territórios desapareceram e outros surgiram. Não há, portanto, um quadro fixo e estável da divisão política mundial.*

Um exemplo dessas transformações pode ser observado na península dos Balcãs, no sudeste europeu. Do fim da Primeira Guerra Mundial ao início dos anos 1990, a Iugoslávia – que englobava Croácia, Montenegro, Sérvia, Eslovênia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo e Macedônia – constituía um Estado territorial na divisão política dos Balcãs. Com a morte, em 1980, do presidente iugoslavo marechal Tito – um líder carismático com grande influência na manutenção da unidade territorial do país – e o fim da Guerra Fria em 1991, a estabilidade da configuração espacial de poder foi abalada. Tensões de caráter nacionalista e relacionadas a desigualdades sociais deram origem a guerras e declarações de independência. Como consequência, o mapa político dos Balcãs foi alterado.

Fonte: elaborado com base em ENCICLOPÉDIA Britânica. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Yugoslavia-former-Federal-Republic-1929-2003>. Acesso em: 3 jul. 2020.

BALCÃS: DIVISÃO POLÍTICA (1946)

Existem diferentes formas de organização espacial do poder. A sobreposição de territorialidades de senhores feudais no contexto europeu da Idade Média é um exemplo de organização espacial de poder que precedeu os Estados territoriais.

Divisão política da península dos Balcãs logo após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Fonte: Humanitas.doc: Territórios, territorialidades e Fronteiras. 1ª edição, São Paulo, 2010. Editora Saraiva.

A próxima competência é a CHS 2 e está presente no Livro 01 como observado no “Quadro 07” e nos dados colhidos seguintes.

Quadro 07 – Análise do terceiro critério do Livro 01.

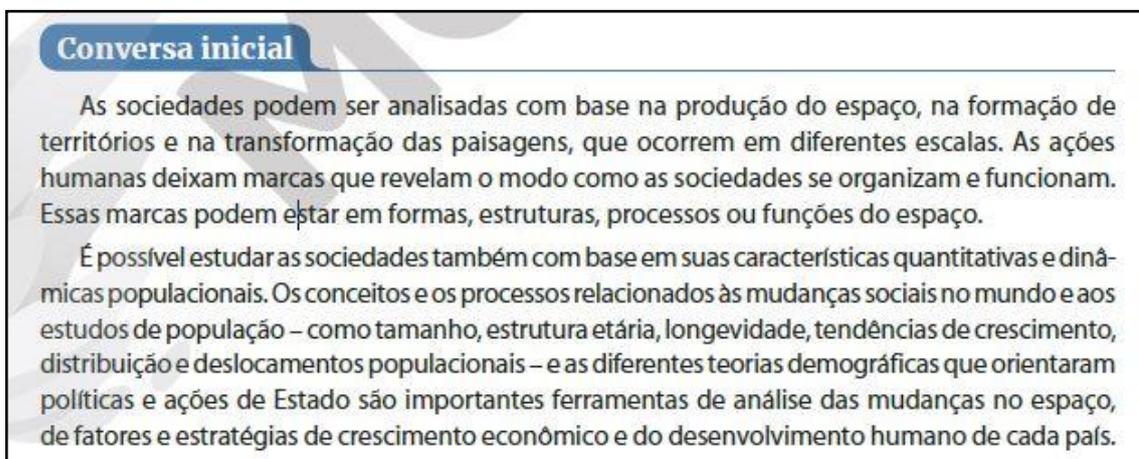
CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
CHS2	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

De acordo com o livro 01, a competência CHS2 é encontrada nos capítulos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 do livro em questão. Porém não se fala muito em território nos capítulos 1, 2 e 3.

Por outro lado, fala-se muito mais em formação do território no capítulo 4, por sinal esse é o capítulo mais voltado para a Geografia. Assim como fala Sousa e Bairro Logo no começo do capítulo, o livro fala que a analisar a formação de territórios é uma forma de analisar uma sociedade. É o que verificamos na figura 15.

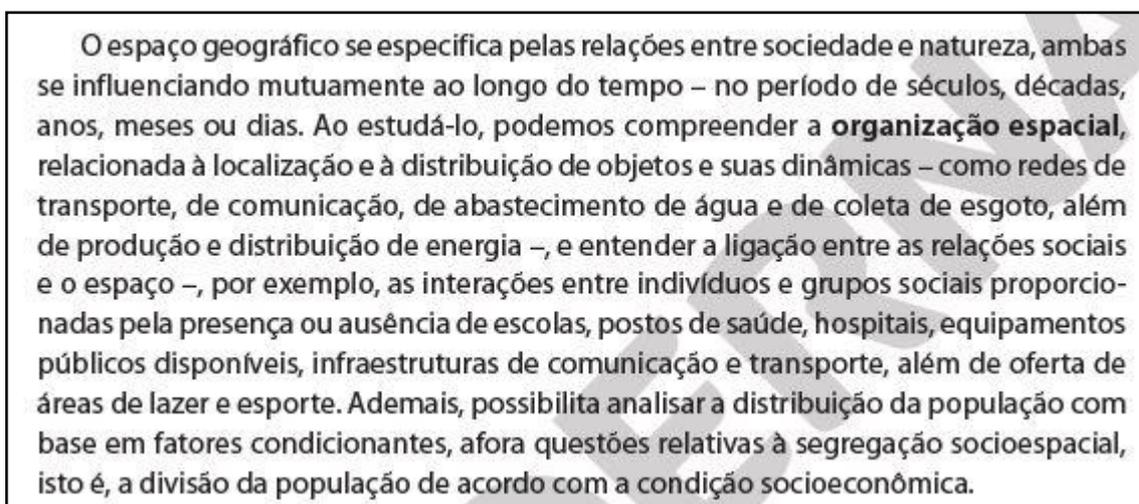
Figura 15 – Formação do território, cap. 4 do Livro 01.



Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

Na p. 54 a competência é notada de forma mais clara quando o livro trata dos processos da relação sociedade e natureza que moldam o espaço geográfico e por consequência formam o território. Retratado na figura 16 a seguir.

Figura 16 – Formação do território, cap. 4, p.54 do Livro 01.

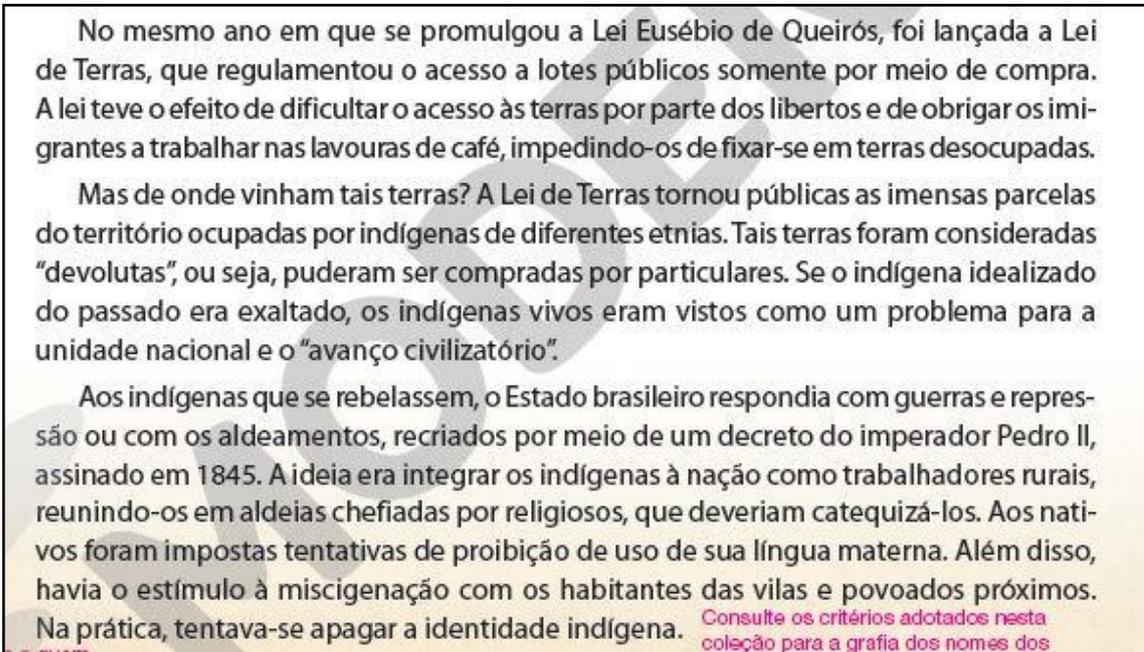


Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

No quinto capítulo do livro, a formação do território e seus processos são trabalhados, principalmente no que diz respeito a formação brasileira no período do Brasil império. É possível notar a existência da competência nesse capítulo em

trechos da Lei de terras e das questões indígenas presente na p. 86 e reproduzido na figura 17.

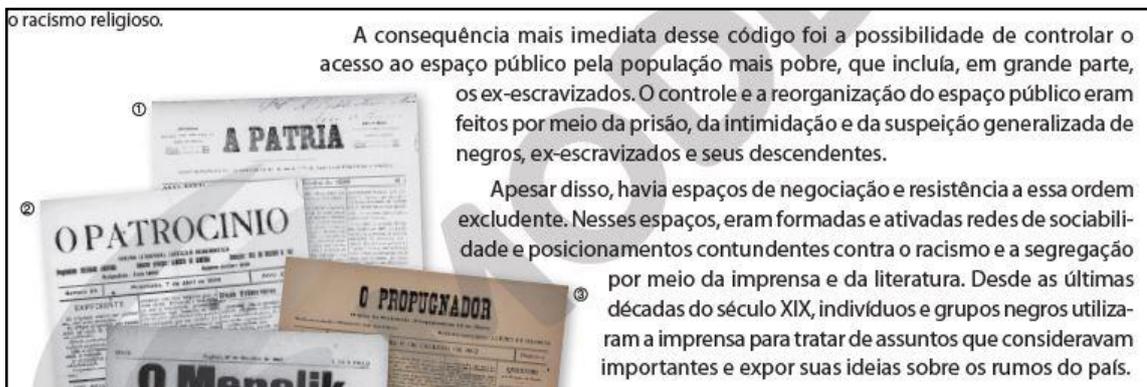
Figura 17 – Formação do território, cap. 5 do Livro 01.



Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

Vemos isso também no capítulo 6, quando o livro trata da exclusão dos mais pobres de espaços públicos e de como isso moldou o território existente em um espaço racista e segregado. Pode ser visto na figura 18 do trabalho.

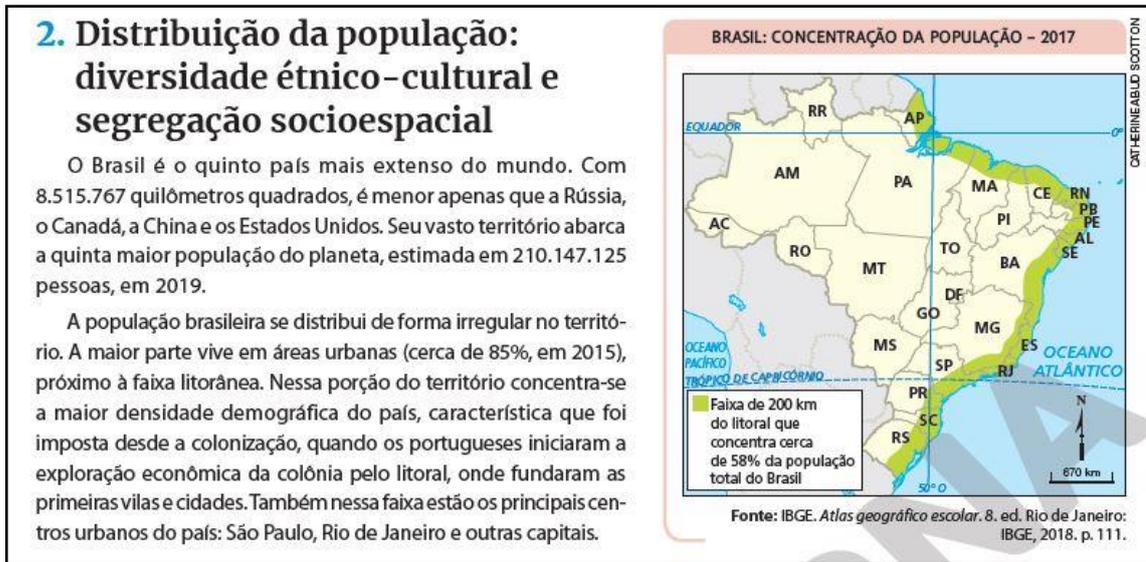
Figura 18 – Formação do território, cap. 6 do Livro 01.



Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

No sétimo capítulo vemos como a distribuição da população também afeta a construção do território e como os processos políticos, socioeconômicos e culturais moldam o conceito em questão. É o que se observa na figura 19.

Figura 19 – Formação do território, cap. 7 do Livro 01.



Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

No quadro a seguir, verificamos a existência da competência CHS2 presente no Livro 02.

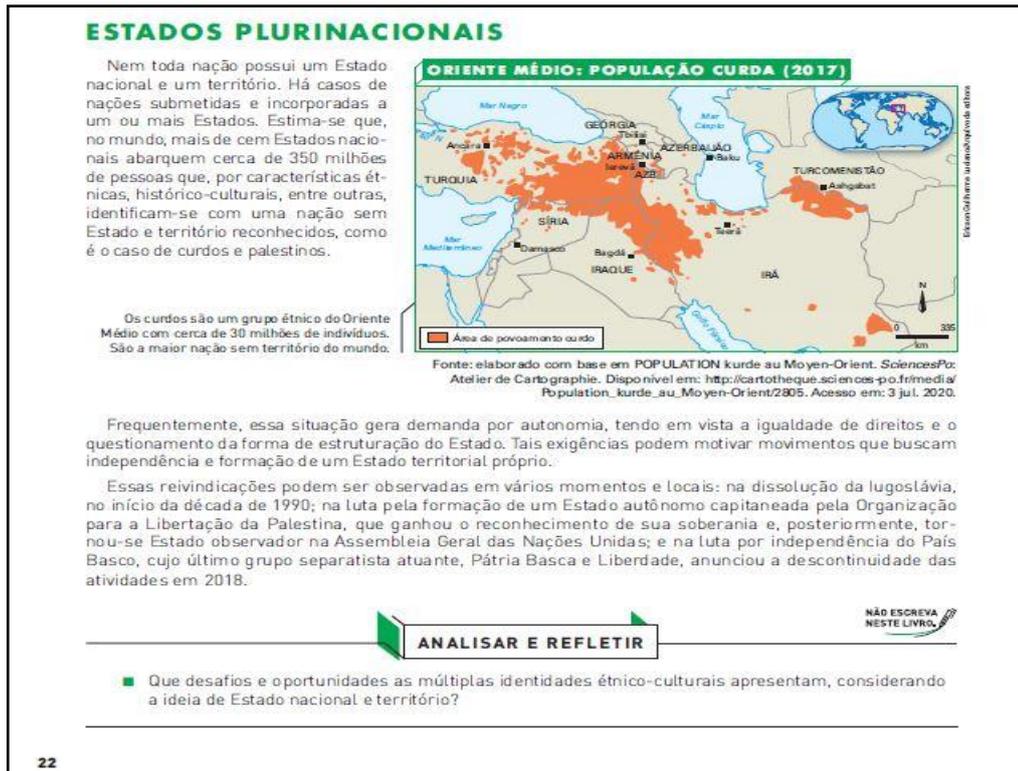
Quadro 08 – Análise do terceiro critério do Livro 02.

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
CHS2	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

Já no Livro 02, segundo a obra, a competência em questão é trabalhada em todos os seis capítulos do livro. Podemos verificar a aplicação dessa competência no capítulo 1, p. 22, quando a obra trata dos Estados Plurinacionais e os processos políticos, sociais e culturais que formam o território em questão. É o que retrata a figura 20.

Figura 20 – Formação do território, cap. 1 do Livro 02.



Fonte: Humanitas.doc: Territórios, territorialidades e Fronteiras. 1ª edição, São Paulo, 2010. Editora Saraiva.

A competência CHS3 é a próxima a ser analisada e o “Quadro 09” nos traz a existência do critério analisado.

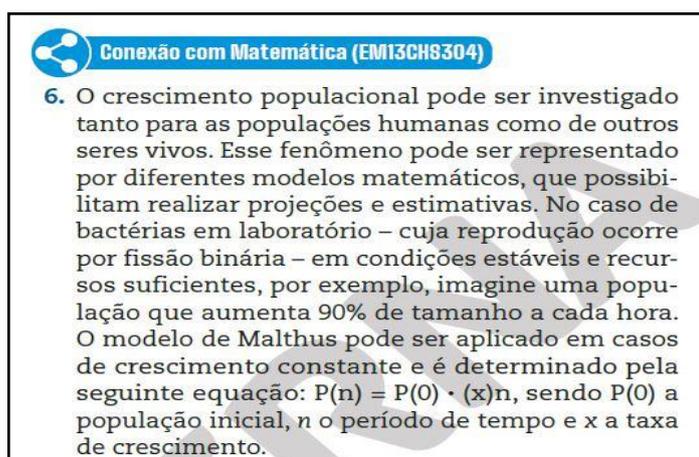
Quadro 09 – Análise do quarto critério do Livro 01.

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
CHS3	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

A competência CHS3 é encontrada na descrição das competências trabalhada pela obra, Livro 01. No quadro competências e habilidades das ciências humanas e sociais aplicadas que traz todas as competências e habilidades contidas no livro, não se encontra a competência CHS3 listada em nenhum capítulo. No entanto, no manual do professor, existe uma orientação para a abordagem da competência que pode ser tratada nos assuntos relacionados a população que a obra traz e visto na figura 21 deste trabalho. Dessa forma o livro prova trazer o conteúdo e mais ainda a abordagem necessária para lidar com a competência. Competência essa que é tão importante e atual por se tratar dos problemas socioambientais, tão presente na vida da sociedade atual e em especial na vida dos próprios alunos.

Figura 21 – CHS3 contida no Livro 01.



Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. Manual do Professor -- São Paulo: Moderna, 2020.

O “Quadro 10” contempla a competência CHS3 no Livro 02.

Quadro 10 – Análise do quarto critério do livro 02.

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
CHS3	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

É apontada pelo livro como presente em três capítulos, são eles: 1, 2, e 6. No capítulo 1 é possível trabalhar a competência discutindo através de questões colocadas pela obra como reproduzida na figura 22 abaixo.

Figura 22 – CHS3 contida no Livro 02.

2 Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), em 2014, os Yanomami tinham uma população de cerca de 36 mil pessoas, distribuídas pela região entre o extremo noroeste da Amazônia brasileira e o sul da Venezuela. Seu território possui 23 milhões de hectares de floresta tropical contínua, em ambos os lados da fronteira.

a) Faça uma pesquisa sobre os Yanomami, procurando responder às seguintes questões:

- Quais são as semelhanças e as diferenças entre os povos yanomami no Brasil e na Venezuela?
- De que forma a política pública indígena de cada país interfere nessas comunidades, diferenciando-as?
- As características culturais desses povos e o fato de habitarem ecossistemas semelhantes trazem especificidades às fronteiras entre o Brasil e a Venezuela?

b) Crie um texto expositivo com as informações encontradas em sua pesquisa. O texto deverá ser compartilhado em uma rede social, com a finalidade de divulgar informações fidedignas e cuidadosas sobre os Yanomami, combatendo estereótipos sobre os indígenas.

Fonte: Humanitas.doc: Territórios, territorialidades e Fronteiras. 1ª edição, São Paulo, 2010. Editora Saraiva.

Essa é uma competência importantíssima para se tratar em geografia, como nos coloca Sposito (2006), tratar das questões socioambientais é de fato algo muito relevante em especial nos dias atuais onde o consumismo tem levado cada vez mais a degradação do meio ambiente e a problemas climáticos em todo o globo.

No “Quadro 11” a seguir, está o critério CHS4 do Livro 01.

Quadro 11 – Análise do quinto critério do Livro 01.

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
CHS4	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

Ela aparece apenas em um dos oito capítulos, mais precisamente no capítulo 6. Esse capítulo trata sobre o trabalho em diversos períodos do Brasil, destacando o movimento operário no início do processo de industrialização do país, caracterizando a organização da classe operária como um marco desse período, é o que aparece na figura 23.

Figura 23 – O movimento operário, cap. 6 do Livro 01.

O movimento operário

Desde o final do século XIX, um **incipiente** processo de industrialização se observava em algumas cidades brasileiras, em especial nos centros urbanos da região Centro-Sul. O contexto da Primeira Guerra Mundial obrigou o governo brasileiro a uma política de “substituição das importações”, levando à expansão do pequeno comércio e da pequena indústria. O aumento da atividade industrial produziu um contingente considerável de comerciantes, artesãos, industriais e também operários. A organização do movimento operário é uma das grandes características desse período.

Assim, desde a segunda metade do século XIX, com o aparecimento das tecelagens de algodão, a indústria passou a fazer parte da realidade econômica do Brasil. De 1880 em diante, o aceleração da produção industrial foi acompanhado de uma demanda cada vez maior de mão de obra especializada. Parte do contingente imigrante que entrava no país foi sendo utilizada nas fábricas e manufaturas que se desenvolviam. Entre 1880 e 1884 foram abertas 150 fábricas; em 1907, esse número saltou para 3.410; em 1929, 13.336 novos estabelecimentos absorviam um total de 275.512 operários. Com isso, a classe operária tornou-se protagonista na vida política, econômica e social do Brasil.

Dados sobre a indústria: SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 335.

Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

O que é visto no “Quadro 12” é se o Livro 02 atende ou não a competência CHS4.

Quadro 12 – Análise do quinto critério do Livro 02.

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
CHS4	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

O livro mostra que apresenta a competência em questão nos capítulos 5 e 6 de sua referida obra. Apesar de não ter uma abordagem crítica, de fato, o livro possibilita trabalhar essa competência no capítulo 5 de tema: As redes e o território.

Como por exemplo ao tratar das redes e a globalização e abordar a industrialização de países emergentes e as cadeias de produção global, visto na p. 116 e retratado na figura 24.

Figura 24 – As redes e o território, cap 5. p. 116 do Livro 02.

Esse momento da história aprofundou significativamente a globalização, pois a abrangência do espaço da produção das empresas para além dos territórios nacionais ganhou escala inédita. Isso gerou maior circulação de informações e mercadorias, além de aprofundar a interdependência entre lugares. A economia se articulou definitivamente em escala global. Diferentes lugares e países trocam – além de produtos finais – insumos primários e produtos intermediários, criando interações e integração econômica mundial.

As cadeias globais de produção industrial formam redes dentro das próprias empresas e também entre corporações. As grandes empresas multi e transnacionais instalam unidades ou terceirizam serviços e parte da produção em diversos locais do mundo com o objetivo de obter vantagens econômicas, acessar mão de obra mais barata ou ter menores gastos com impostos e se aproximar de novos mercados consumidores.

As empresas contratadas e as **subsidiárias** produzem as mercadorias, que são transportadas para a montagem final. Após essa etapa, as mercadorias são distribuídas por lojas, hipermercados ou mercados de bairros para que a população possa consumir os produtos ou usufruir de serviços. A configuração e a coordenação das etapas das atividades econômicas se realizam em redes. Isso ocorre desde a agricultura – e outras atividades ligadas aos setores mais tradicionais da economia – até os serviços mais automatizados e sofisticados, como redes bancárias e negociações em bolsas de valores.

A economia global evidencia conexões em rede de diversos atores. As trocas e interações incessantes são operadas por meio de combinações de redes com extensão variável, podendo limitar-se aos territórios nacionais, articular-se em um espaço suprarregional (como os blocos regionais) ou, ainda, vincular lugares em posições opostas no globo. Além das relações de proximidade e distâncias, deve-se considerar a velocidade das interações: a circulação pode ocorrer de modo rápido ou lento, dependendo dos meios técnicos disponíveis e da capacidade de agir dos atores em rede.

116

outra empresa, detem grande parte ou o total de suas ações.

OBSERVE QUE...

Uma das grandes correntes teóricas nos estudos sobre rede é a teoria do ator-rede (TAR), desenvolvida por estudiosos franceses nos anos 1980. Nela, a proposta é romper a barreira entre sujeito e objeto. Em vez disso, o mundo é composto por atores, humanos e não humanos, que assumem posições e interesses próprios. Eles formam uma rede de interação e influência mútua, cuja interpretação (ou tradução) define o movimento e a direção da própria rede. A TAR pode ser considerada uma das teorias-chave no entendimento da globalização e suas consequências.

Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

Tratar dessa competência é importante para trazer a criticidade da geografia para o tema do trabalho, de certa forma abrir os olhos e a criticidade do aluno para o mundo trabalho o qual ele fará parte.

No quadro abaixo, vemos a análise da competência CHS5 referente ao livro 01 tratado nesse trabalho, onde se nota que de fato há existência de conteúdos e abordagens para se tratar da competência.

Quadro 13 – Análise do sexto critério do Livro 01.

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
CHS5	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

A competência CHS5 está presente nos capítulos 1, 2, 4, 5, 6, e 7. Totalizando sete capítulos. Podemos observar no primeiro capítulo um texto do filósofo Achille Mbembe, contido na p. 23, que está representado na figura 25, no qual ele trata da visão eurocêntrica e de como ela é desumana, principalmente em relação aos povos africanos.

Figura 25 – A África vista como “dissemelhante”, cap. 1 do Livro 01.

Analisando

Conexão com Ciências da Natureza (EM13CNT305)

A África vista como o “dissemelhante”

O trecho a seguir faz parte da obra *Crítica da razão negra*, escrita pelo filósofo camaronês Achille Mbembe. O autor trata da visão que a Europa construiu sobre si mesma – compreendendo-se como o centro do mundo, civilizada e origem da razão – e sobre os demais povos, especificamente os africanos, considerados por longo tempo “dissemelhantes”, vazios e até como objetos desprovidos de humanidade.

“Antes de mais, a raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção **ideológica** [...]. Em muitos casos, é uma figura autônoma do real, cuja força e densidade podem explicar-se pelo seu caráter extremamente móvel, inconstante e caprichoso. Aliás, ainda há bem pouco tempo, a ordem do mundo fundava-se num dualismo inaugural que encontrava parte das suas justificações no velho mito da superioridade racial. Na sua ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar o seu poder, o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, o país natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade.



O filósofo Achille Mbembe com seu livro *Crítica da razão negra*, na Universidade de Munique, Alemanha. Foto de 2015.

MATTHIAS BALCK/PICTURE ALLIANCE VIA GETTY IMAGES

Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

Já no capítulo 2, entre outros trechos, a abordagem do combate à desigualdade pode ser vista na formação das diversas formas de famílias e na busca da igualdade dos direitos entre homens e mulheres, na p. 34. Se pode verificar essa informação na figura 26.

Figura 26 – CHS5 no cap. 5 do Livro 01.

A estrutura familiar passou por diversas mudanças no decorrer da história. Até o início da segunda metade do século XX, a estrutura da **família nuclear** – formada por homem, mulher e filhos biológicos ou adotados – era considerada modelo. Por falta de compreensão de realidades diversas, formatos familiares diferentes desse eram considerados desestruturados ou anormais. Os estudos sociológicos colaboraram para a crítica dessa visão, na busca pela aceitação da diversidade e pela informação sobre diferentes grupos étnicos e classes sociais.

Buscando a igualdade de direitos entre homens e mulheres e de valorização de todas as pessoas, independentemente do gênero, o **movimento feminista** no século XX motivou a crítica, por exemplo, de visões em que se esperava que o homem saísse de casa para trabalhar, obtendo recursos para o sustento de todos, e que a mulher cuidasse do lar e dos filhos. Com isso, ficou evidente a existência de desigualdades na distribuição de tarefas na estrutura familiar orientada pela figura masculina do pai, ou seja, **patriarcal**. A família patriarcal tem sido, portanto, questionada na sociedade contemporânea.

Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

A figura 27 retrata que ao falar sobre IDH na p. 72, o capítulo 4 permite a abordagem do tema pelo professor e traz dados que podem auxiliar nesse debate.

Figura 27 – CHS5 no cp. 4 do Livro 01.

5. População, desenvolvimento e IDH

As teorias sociais contemporâneas baseiam-se no conceito de desenvolvimento, que, inicialmente, esteve ligado à ideia de crescimento econômico. No entanto, há intenso debate sobre essa questão e diferentes linhas de pensamento a respeito de desenvolvimento. Conforme a vertente que se popularizou com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), apenas a prosperidade econômica não qualifica o desenvolvimento de um país. As transformações na qualidade de vida e no bem-estar das pessoas devem estar associadas ao crescimento econômico e ser acessíveis a todos para que se atinja o estágio de pleno desenvolvimento. É importante que as necessidades básicas, como saúde, educação, transporte, oportunidades de emprego e lazer, de toda a população, sejam satisfeitas e que haja garantia de liberdades econômicas e políticas. É insuficiente, portanto, apenas obter um aumento da renda *per capita*.

Assim, o Pnud estabeleceu um índice universal para analisar as condições de vida das pessoas. Esse indicador recebeu o nome de **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. Elaborado em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração de Amartya Sen – economista indiano ganhador de um Prêmio Nobel –, o IDH é um instrumento eficiente para analisar a qualidade de vida considerando-se três dimensões básicas: saúde, educação e renda.

A **saúde**, dimensão caracterizada pela possibilidade de ter uma vida longa e saudável, é avaliada com a coleta dos dados de expectativa de vida ao nascer, pois os países



mais bem posicionados são os que têm melhores condições médico-hospitalares e de saneamento. Em contrapartida, nos países em que essas condições são precárias, as taxas de mortalidade são elevadas e, consequentemente, a expectativa de vida é reduzida.

A **educação**, dimensão ligada à habilidade de adquirir conhecimento, é avaliada pela média do número de anos de estudo e também pela expectativa de anos de estudo por habitante. Esses dados indicam o acesso ao conhecimento.

Já a **renda**, dimensão que se vincula à conquista de um padrão de vida digno, é medida pelo Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita*. O RNB é semelhante ao PIB, porém um pouco mais completo. No PIB somam-se unicamente as riquezas produzidas por um país; já no RNB, acrescentam-se a esse valor as transferências de renda internacionais. Desse modo, o dado inclui tanto as quantias de dinheiro enviadas para o exterior quanto as remessas de capitais externos, aquelas provenientes de cidadãos residentes em outros países ou os recursos de investimento externo, por exemplo. Depois de contabilizado, o RNB é ajustado *per capita*, ou seja, dividido pelo número de habitantes. O cálculo do RNB *per capita* leva em conta também a Paridade do Poder de Compra (PPC) das moedas locais. A PPC evita que as contas sejam feitas em dólares estadunidenses, o que pode causar distorções por causa das variações nas taxas de câmbio.

Com base nos cálculos do índice, que varia de 0 (menos desenvolvido) a 1 (mais desenvolvido), é conferida uma pontuação a cada país, que pode ter desenvolvimento humano muito elevado, elevado, médio e baixo. Observe o gráfico a seguir.

Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

Podemos perceber a competência em questão no capítulo 6 em tópicos, entre eles na p. 117 está um dedicado ao movimento sufragista que lutou pelos direitos das mulheres, em especial ao direito pelo voto no Brasil. Representado na figura 28.

Figura 28 – CHS5 no cap. 6 do Livro 01.

O movimento sufragista

O descontentamento não era privilégio de um só grupo social. Havia um sentimento generalizado de decepção com os rumos da República Brasileira. A promessa de um país moderno, aspecto importante do discurso republicano, parecia esbarrar em uma série de episódios violentos e em uma estrutura política que não contemplava grande parte da população. Nesse contexto, o **movimento feminista** ganhou amplitude e abriu espaço para campanhas articuladas ao direito de votar e de ser votada. No Brasil, os nomes de Leolinda Daltro (1859-1935) e Bertha Lutz (1894-1976) ganharam destaque.

Leolinda Daltro foi uma professora, feminista e indigenista brasileira. Ela fundou o Partido Republicano Feminino e foi uma das precursoras na defesa dos direitos dos povos nativos do Brasil, além de idealizadora de um projeto de alfabetização laica para as comunidades indígenas.

Bióloga, diplomata e ativista, Bertha Lutz foi uma das mais conhecidas feministas brasileiras. Entre outras atividades, ela fundou e organizou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (1919), o Primeiro Congresso Feminista do Brasil (1922) e a União Universitária Feminina (1929). Ela lutou pelo direito ao voto e também pela ampliação do acesso das mulheres ao ensino superior e ao mercado de trabalho.



FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

Bertha Lutz participando do 9º Congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino em Roma, Itália. Foto de 1923.

Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

Ao tratar da mortalidade infantil, vemos na imagem 29 que o sétimo capítulo classifica na p. 132 os problemas de saúde relacionados a pobreza como fator primordial para a mortalidade infantil, e analisa que o combate deve passar por políticas públicas que tratem das desigualdades socioeconômicas das famílias mais pobres.

Figura 29 – CHS5 no cap. 7 do Livro 01.

na infância (%) no Brasil, entre 1940 e 2018, consulte: IBGE, *Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2018: breve análise da evolução da mortalidade no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3097/tomb_2018.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

Mortalidade infantil

No Brasil, a taxa de mortalidade infantil reduziu-se de 146,6 mortes para cada grupo de mil nascidos vivos, em 1940, para 12,4 mortes por mil nascidos vivos, em 2018. Embora de forma desigual, todas as regiões brasileiras apresentaram queda nessa taxa nos últimos anos.

Diagnosticar as causas da mortalidade infantil é primordial para desenvolver ações que propiciem a redução desse índice. As principais no primeiro ano de vida estão associadas à prematuridade da criança, à exposição a doenças infecciosas, às complicações na gestação e à malformação congênita. Após o primeiro ano de vida, são a subnutrição, a carência no atendimento de saúde e a falta de saneamento básico. Parte considerável das mortes de crianças no Brasil tem relação com doenças evitáveis, isto é, com patologias para as quais existe tratamento.

As crianças são as principais vítimas das *doenças da pobreza*, nome genérico para designar as doenças decorrentes do estado de carência a que a parcela mais pobre da população está submetida. O combate à mortalidade infantil passa necessariamente pela implantação de políticas públicas que contribuam para reduzir as **desigualdades** socioeconômicas e ampliar o atendimento dos serviços de saúde. Medidas nessa direção, atreladas a programas de saneamento básico, evitaram muitas mortes nas últimas décadas.

132

Fonte: Identidade em ação: ciências humanas e sociais aplicadas, 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

No quadro 14 a seguir está o resultado da existência ou não da competência CHS5 do Livro 02.

Quadro 14 – Análise do sexto critério do Livro 02.

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
CHS5	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

Essa competência conforme o livro, está presente nos capítulos 1, 2, 5 e 6. No capítulo 1 podemos observar diretamente essa competência apenas em um pequeno texto que fala sobre a Necropolítica, que segundo o autor do texto é a prática de matar promovida pelo Estado, seguido de dados que corroboram o texto. O texto está contido na figura 30.

Figura 30 – CHS5 presente no Livro 02.

TEXTO II

Necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe [...]. A necropolítica é a política da morte adaptada pelo Estado. Ela não é um episódio, não é um fenômeno que foge a uma regra. Ela é a regra. E o Achille Mbembe elabora esse conceito à luz do estado de exceção, do estado de terror [...]. A gente vê hoje um Estado que adota a política da morte, o uso ilegítimo da força, o extermínio, a política de inimizade. Que se divide entre amigo e inimigo. É o que a gente vê, por exemplo, nas favelas, nas comunidades do Rio de Janeiro, nas periferias das grandes cidades brasileiras. Não há nenhum tipo de serviço de inteligência, de combate à criminalidade. O que se tem é a perseguição daquele considerado perigoso. A necropolítica reúne esses elementos [...] e tem desdobramentos que a gente pode perceber no nosso cotidiano, na nossa chamada política de segurança.

FERRARI, M. O que é necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil. *Ponte*, 25 set. 2019. Disponível em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 5 maio 2020.

Fonte: Humanitas.doc: Territórios, territorialidades e Fronteiras. 1ª edição, São Paulo, 2010. Editora Saraiva.

Os quadros 15 e 16 contém a existência da competência CHS6 nos livros citados nesse trabalho.

Quadro 15 – Análise do sétimo critério do Livro 01.

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
CHS6	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

É trabalhada nos capítulos 5, 6, 7 e 8 do Livro 01. Por ser uma abordagem subjetiva e que pode ser abordada em diferentes momentos e conteúdos pelo professor, classificamos como atendendo aos critérios da pesquisa.

Quadro 16 – Análise do sétimo critério do Livro 02.

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
CHS6	X		

Fonte: Autoria própria (2022).

A competência 6 pode ser encontrada em 3 capítulos da obra, são eles: 1, 5 e 6. Por ser uma abordagem subjetiva e que pode ser abordada em diferentes momentos e conteúdos pelo professor, classificamos como atendendo aos critérios da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro 01 tem uma temática mais voltada para a filosofia, história e sociologia do que para a Geografia. Podemos observar uma melhor temática geográfica no capítulo 4, que trata um pouco do espaço geográfico, dos conceitos de espaço; paisagem e lugar, além das questões demográficas da população e no capítulo 7 que fala mais sobre a dinâmica da população brasileira, porém, parece um complemento do capítulo 4 dando a impressão de que a temática da população não foi bem pensada e dividida, ou ainda que se repetiu em falar da população para compensar a necessidade de se abordar os demais conteúdos da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Apesar de atender o critério da utilização da cartografia, tratando-se de uma disciplina que trabalha bastante a cartografia, o livro deixa a desejar na quantidade de mapas na obra, a pouca representação cartográfica pode ser mal avaliada principalmente na ótica já citada nessa pesquisa, de Sposito (2006), “o aluno deve se apropriar e utilizar a linguagem cartográfica”, fica o questionamento, será que o aluno se apropria da linguagem cartográfica com tão poucas representações?

A obra contém a competência CHS3: (Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global); novamente já citada na pesquisa, para Sposito (2006) as questões socioambientais são princípios básicos para a temática da geografia.

A obra trabalha de forma consistente e bastante repetitiva a competência CHS5: (Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos), considerando o país desigual e violento em que vivemos, considerado trabalhar essa competência de forma recorrente algo favorável.

O Livro 02 tem uma abordagem neoliberal e traz a visão do colonizador, essa visão fica clara quando ao tratar da formação territorial do Brasil o livro trata os índios como “hostis”, como observado na página 65 no trecho: “Muitas expedições forma destroçadas por indígenas hostis” e na página seguinte classifica a exploração do pau-Brasil por parte dos colonizadores como comércio com os nativos.

O livro contém autor com formação em Geografia, e com quarenta e sete mapas na obra e trinta e oito contemplando de forma correta os critérios estabelecidos pela pesquisa, como proposto por Sposito (2006), o aluno precisa se apropriar do conhecimento cartográfico, é possível trabalhar a competência com o aluno mediando os conteúdos referentes a cartografia.

A competência CHS3: (Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.) é informada contemplando a obra. Pelo desmatamento e problemas socioambientais vivenciado no Brasil e diante da necessidade de levar os conteúdos a realidade vivenciada pelos alunos como que nos fala Paulo Freire (2020) referenciado na pesquisa, não abordar essa competência seria uma falha grave da obra.

O objetivo da pesquisa estava na presença das seis competências da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, exigidas pela BNCC, nas obras elencadas.

Após a análise das obras através da aplicação do quadro avaliativo, podemos afirmar que as obras analisadas contêm todas as competências das Ciências Humanas e Sociais.

Finalizando, consideramos ter alcançado os objetivos da pesquisa e ampliando a forma de analisar as obras da reforma do ensino médio e também a própria reforma como um todo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **O sertanejo**. 3.ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

BARBOSA, Tulio. **Ensino de geografia: novos e velhos desafios**. Caderno

Prudentino De Geografia, 2020. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7467>. Acesso em: 10 jul. 2022

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Medidas Provisórias. Brasília, DF. Disponível em:

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/entenda-a-tramitacao-da-medida-provisoria>. Acesso em 14. Set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília, DF:

MEC, 2015. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC-APRESENTACAO.pdf>.

Acesso em: 20 jun 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Guia Digital PNLD 2021: Ciências Humanas e Sociais aplicadas. Disponível em:

https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_proj_int_vida/pnld_2021_proj_int_vida_escolha.

Acesso em: 19. jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC, 2018. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-acoes-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>.

Acesso em: 20. jun. 2022.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil:**

Da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital

internacional espanhol (1985-2007). PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE

SÃO PAULO. Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10614/1/Celia%20Cristina%20de%20Figueiredo%20Cassiano.pdf>. Acesso em: 16 de set. de 2022.

FERNANDES, Ana Claudia *et al.* **Identidade em ação**: ciências humanas e sociais aplicadas: manual do professor. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

KRIPKA, Rosana; et al. **Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa**. v. 2: Atas – Investigação Qualitativa na Educação, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos: **Didática**, São Paulo: Cortez. 1994.

RODRIGUES, Aline de Lima; CUNHA, Elisangela de Souza. **Nas entrelinhas do livro didático: A percepção dos professores e alunos**. UFMS, Corumbá, MS. N.28/2020

SANTOS, Milton. **Objetos e ações: dinâmica espacial e dinâmica social**. GEOSUL, Santa Catarina, v. 7, n. 14, p. 49-59, jan. 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12801/11984>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SPOSITO, E. S. **As diferentes propostas curriculares e o livro didático**. In: PONTUSCHKA, N. N; OLIVEIRA, A. U. de. Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SPOSITO, Elizeu S. **Livro didático em geografia, do processo de avaliação à sua escolha**. In: Livro didático em questão. Boletim 5. Salto para o Futuro. Tv Escola. MEC, 2006.

SOUZA, José Vitor Rossi; BAIRRO, Gabriel Pinto. **Os Livros Didáticos de Geografia no Novo Ensino Médio**. ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS – SEÇÃO CAMPINAS. 2021. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/ereg/article/download/3658/3529#:~:text=Dito%20isso%2C%20o%20livro%20did%C3%A1tico,BNCC%20para%20o%20Ensino%20M%C3%A9dio>. Acesso em: 11 jul. 2022

VAINFAS, Ronaldo; FARIAS, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge. **Humanitas.doc: território, territorialidades e fronteiras**. 1.ed. São Paulo: Saraiva educação, 2020.

APÊNDICE A – AVALIAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Quadro 04 – Critérios de avaliação

(continua)

CRITÉRIOS	ATENDE OS CRITÉRIOS	NÃO ATENDE OS CRITÉRIOS	ATENDE PARCIALMENTE OS CRITÉRIOS
Contém autores com formação em Geografia;			
Utiliza de forma correta a cartografia, contendo nos mapas no mínimo: norte, legenda e escala;			
Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles;			

(continuação)

<p>Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder;</p>			
<p>Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global;</p>			

(conclusão)

<p>Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades;</p>			
<p>Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos;</p>			
<p>Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência</p>			

crítica responsabilidade.	e			
------------------------------	---	--	--	--

Fonte: Aatoria própria (2022)